

# Comissão já tem prioridades

São mais verbas para ensino e a reserva na informática



Cristina propõe reserva

## DPF quer ampliar suas atribuições

O combate ao crime organizado e a execução de medidas que garantam a incolumidade física do Presidente da República, de chefes de missões diplomáticas estrangeiras no território nacional e, quando necessário, dos demais representantes dos poderes da República: estas são as duas novas atribuições constitucionais que a Polícia Federal deve ter, de acordo com proposta da Associação Nacional dos Servidores do Departamento de Polícia Federal (Ansef/DPF). As sugestões da Associação foram encaminhadas à Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança.

No documento apresentado à Constituinte, a Ansef/DPF afirma que o avultamento das organizações criminosas no mundo é fato constante, e que "aprimoram-se as estratégias fraudulentas por parte dos meliantes que arditos e atrevidamente ludibriam ou até mesmo enfrentam as organizações de segurança".

Depois de referir-se a fraudes de ordem financeira, roubo de veículos com translado para o exterior e sindicatos de crimes contra a vida, a Ansef/DPF sustenta:

— A experiência tem nos alertado que referidas práticas criminosas só serão neutralizadas através de um órgão de segurança cuja circunscrição abranja todo o território nacional e atue de maneira uniforme com operacionalidade e mobilidade imediatas.

A Ansef/DPF sustenta também que no Brasil é necessário o aprimoramento da filosofia de atuação uniforme quanto à preservação da incolumidade física do chefe do Governo e representantes estrangeiros em território nacional. Essa tarefa, segundo a associação, deverá ser exercida por profissionais treinados vinculados à Polícia Federal que mantem intercâmbio com as demais congêneres estrangeiras.

No documento, a associação defende a manutenção de suas atuais atribuições — executar os serviços de polícia marítima, aérea e de fronteiras, prevenir e reprimir o tráfico de entorpecentes e drogas afins, apurar infrações penais contra a segurança nacional, a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União, e outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual e/ou internacional e exija repressão uniforme, e finalmente prover a censura de diversões públicas.

A fase de depoimentos das entidades representativas da sociedade foi decisiva para evidenciar as tendências políticas ideológicas dos integrantes da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, Ciências e Tecnologia e Comunicação. No debate com os representantes destas entidades, os constituintes tiveram que expor claramente as suas posições, deixando transparecer o que será a nova Constituição. Os relatores não adiantam as suas conclusões, mas não é difícil prever que a nova Carta será basicamente progressista, com abertura para a iniciativa privada, mas sem a exclusão da interferência do Estado em questões prioritárias, principalmente no caso da educação.

Na Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, algumas questões fundamentais parecem definidas. A maioria dos constituintes defende que o percentual de verbas para a educação deve ser um princípio muito claro na Constituição. Apenas pretendem elevar este percentual de 13 para 18 por cento da receita orçamentária da União, mantendo os 25 por cento da receita dos Estados e municípios. E praticamente unânime a defesa da aposentadoria aos 25 anos de serviço para professores e professoras.

A tese do ensino público e gratuito em todos os níveis tem posição majoritária na subcomissão, mas não passa a proposta de estatização do ensino. Sem dúvida alguma, será mantida a liberdade para a atuação das escolas particulares. A questão mais polêmica, ainda sem definição, é a destinação de verbas públicas para as escolas particulares. A maioria dos constituintes parece contrária a esta tese, mas o relator João Calmon tem demonstrado alguma simpatia pela proposta.

Durante as sessões públicas, dois depoimentos relacionados com este assunto chamaram a atenção. O presidente da Federação dos Professores das Escolas Particulares, Wellington Gomes, manifestou-se contrário à liberação de verbas públicas para as escolas privadas. Já o deputado Bezerra de Melo (PMDB-CE), proprietário da Universidade de Mogi das Cruzes, em São Paulo, afirmou

que a importância repassada pelo governo às escolas particulares é tão inexpressiva que não chegaria a fazer falta. Os dois depoimentos reforçam a tese de que as verbas públicas devem ser destinadas exclusivamente às escolas públicas.

### CIÊNCIA

O tema que parecia mais polêmico na Subcomissão da Ciência e Tecnologia e Comunicação, a reserva de mercado para a informática, acabou obtendo praticamente o consenso entre os constituintes. A maioria absoluta é favorável à manutenção da reserva de mercado neste setor, a partir de agora com garantias constitucionais. Há aqueles que não consideram este um tema constitucional, mas — assim mesmo — defendem o princípio da reserva do mercado interno nos setores estratégicos como questão de soberania nacional.

Mesmo que a nova Constituição não estabeleça a reserva de mercado de forma direta, certamente vai contar com normas e princípios que protejam os interesses nacionais neste campo. A relatora Cristina Tavares tem esta convicção. Mas este é o único ponto do relatório que ela adianta. Os demais temas são polêmicos e exigem uma estratégia muito bem elaborada para que a relatora consiga a aprovação de suas teses. E a surpresa é o principal trunfo de qualquer estratégia.

Na área de comunicação, está assegurada a atividade da iniciativa privada. Formada em grande parte por proprietários de veículos de comunicação, esta subcomissão não fará qualquer restrição neste setor. Poderá restringir, isto sim, a intervenção do Estado. Mas há espaço para a criação de instrumentos de democratização dos meios de comunicação. Desde que integrado por representantes de empresários, Poder Executivo e Congresso Nacional, além de entidades representativas da sociedade civil, poderá ser criada uma espécie de Conselho Nacional de Comunicação, com a atribuição básica de distribuir as concessões de rádio e televisão.

Certamente não haverá espaço para organismos de censura, já que praticamente todas as entidades

que compareceram à subcomissão, seja representativas de empresários ou de trabalhadores, defenderam amplas liberdades de expressão do pensamento. O que dificilmente ocorrerá será o controle dos meios de comunicação administrados pela iniciativa privada por organismos formados por representantes da sociedade civil. Mais adiante esta tese poderá ser vitoriosa, mas não partirá desta subcomissão.

### FAMÍLIA

A mais conservadora das subcomissões é aquela que trata dos temas Família, Menor e Idoso. Seus integrantes assistiram comovidos a filmes fanáticos e sensacionalistas sobre o aborto. Houve protestos, já que alguns constituintes entendiam que o aborto não é um tema constitucional, mas o presidente da subcomissão, deputado Nelson Aguiar (PMDB-ES), respondeu com inteligência, deixando passar claramente a sua posição: "Podemos estabelecer na Constituição o princípio do direito à vida".

Integrada por seis pastores evangélicos, esta comissão esteve sempre às voltas com entidades religiosas. Quando não estavam proferindo palestras, os representantes destas entidades estavam entre o público ou próximos aos constituintes, fazendo o lobby de suas propostas. Na sessão sobre o planejamento familiar, todos os métodos anticoncepcionais artificiais foram duramente criticados, com a concordância da maioria dos constituintes presentes.

Quando o tema foi a influência dos meios de comunicação na família, a maioria manifestou-se favorável ao seu controle pela sociedade, em defesa da moral e dos bons costumes. O mais espantado protesto, durante os depoimentos daquela sessão, partiu justamente do relator da comissão geral, deputado Artur da Távola (PMDB-RJ). Ele condenou qualquer espécie de censura ou de cerceamento da liberdade de expressão. Mas a subcomissão deverá fazer mesmo um relatório conservador, independente da vontade do seu relator, deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA). Somente na Comissão Geral poderá haver alguma alteração.

## Legislativo precisa ser fortalecido

Valorização do Parlamento. Com esta ideia na cabeça, o relator da Subcomissão do Poder Legislativo, deputado José Jorge (PFL-PE), já começou a relacionar as medidas que vai propor aos colegas no próximo dia 11. Pelo clima dos debates que ocorreram até agora ele não terá dificuldades em ver seu parecer aprovado: todos concordam que o Congresso precisa ser fortalecido.

O relatório de Jorge passa, necessariamente, pela definição do futuro sistema de Governo do País. Tanto na subcomissão do Legislativo quanto na do Executivo, a tendência por um regime híbrido já está devidamente cristalizada, o que implicará uma ampla reforma do Congresso.

O fortalecimento das comissões técnicas e de inquérito das duas Casas é um dos pontos básicos do parecer. Outra proposta é a revitalização dos pedidos de informação ao Executivo, atualmente submetidos a uma longa tramitação burocrática.

Em suas consultas aos colegas, José Jorge concluiu que a subcomissão não concorda em manter nas mãos do Executivo o poder exclusivo de legislar a respeito de matéria econômico-financeira. Queira o Governo ou não, esta prerrogativa volta para o Parlamento.

O decreto-lei e o decurso de prazo são outros mecanismos que não escaparão do relator. Pode até ser que sejam mantidos, mas afeiçãoados: o decreto se restringiria a temas específicos e seria necessariamente submetido a uma comissão permanente do Congresso; o decurso, se não acabar, pode passar a ter efeito inverso, rejeitando em lugar de aprovar os projetos que não chegarem a ser votados.

## Dívida é preocupação da Soberania

O estabelecimento de um limite de 15 por cento sobre as exportações não tradicionais para pagamento da dívida externa, participação do Brasil em um bloco latino-americano para defesa da tecnologia e estatização do comércio exterior, são algumas das 15 propostas a serem apresentadas à Subcomissão de Soberania e Relações Internacionais, pelo senador Aluizio Bezerra (PMDB-AC).

O senador acreano, vice-presidente da Subcomissão, também propõe a presença do Brasil numa maior integração parlamentar latino-americana para discussão de problemas comuns. Para Aluizio Bezerra, "se faz necessária a criação de um fórum latino-americano, onde sejam debatidas a nível de parlamento as questões de cada país, saindo do campo estritamente diplomático".

A dívida externa mereceu destaque entre os projetos e estudos realizados por Aluizio Bezerra, e a proposta de estabelecimento de um limite de 15 por cento sobre as exportações não tradicionais é justificada pelo senador, como forma de que o saldo da balança comercial possa assegurar o desenvolvimento interno com vistas a elevar a taxa de crescimento da economia entre sete e oito por cento.

A informática também recebeu menção de destaque nos textos de propostas do senador do Acre, que vê a necessidade de se criar mecanismos que defendam o setor, bem como a indústria de tecnologia de ponta.



Renato Archer defende a reserva de mercado nacional e dá exemplos

## Archer: o País é o 6º mercado de informática

"Se as novas formas de produção, baseadas em intenso desenvolvimento científico e tecnológico, criam situações de desafio à soberania dos países em desenvolvimento, é necessário que estes saibam, por outro lado, tirar desse desafio todo o proveito possível, invertendo os sinais da equação". Com este alerta, o ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, ao discursar ontem na Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais da Constituinte, tentou mostrar aos parlamentares a importância da vinculação entre soberania e desenvolvimento científico e tecnológico.

Durante cerca de duas horas o ministro discursou e defendeu a reserva de mercado como forma de o país se desenvolver no campo da informática, citando exemplos de outros países, como os Estados Unidos, a Inglaterra e a União Soviética, que fizeram o mesmo em outros setores.

Ao contestar a reclamação dos Estados Unidos, no sentido de que no Brasil se faz discriminação e não reserva, o ministro informou que, em 1977, quando a indústria da informática começou a ser desenvolvida, existiam três empresas nacionais e seis estrangeiras, sendo que ao mercado nacional cabia apenas 1,8 por cento do mercado interno, que era de 200 milhões de

dólares. Hoje são 323 indústrias brasileiras contra 37 estrangeiras e a subsidiária da IBM no País é a que mais fatura em todo o mundo. O mercado interno brasileiro em 1987, é, segundo o ministro, de três bilhões de dólares.

Antes de iniciar o debate com os constituintes presentes, o ministro citou outros dados de peso: O Brasil é hoje o sexto mercado de microcomputadores do mundo e cresce a 72 por cento ao ano. Nessa perspectiva, até o fim da década o País será o terceiro mercado, ficando atrás apenas do Japão e dos Estados Unidos. Archer disse que no caso de supercomputadores — o grande avanço tecnológico do momento — o Brasil não fica atrás de países mais desenvolvidos e já consegue sua fabricação. Finalmente, Archer informou que até 1999 24 mil profissionais brasileiros da área de informática serão enviados ao exterior para estudos de pós-graduação, com o objetivo de desenvolver o setor no Brasil. Tudo faz parte do programa de desenvolvimento tecnológico e científico do Governo José Sarney, que consome um por cento do PIB. Até o final do Governo, de acordo com o ministro, dois por cento do Produto Interno Bruto serão destinados ao setor, contra os 0,25 por cento que eram destinados no Governo passado.

## Proposta restringe carreira política

Com o propósito de afastar "postulações aventureiras" e a influência do poder econômico nas eleições, o deputado Flávio Palmier da Veiga (PMDB-RJ) quer que a nova Constituição estabeleça que uma lei fixará condições de experiência política, administrativa ou comunitária para que o cidadão possa candidatar-se a deputado federal ou senador. Do candidato, seria exigida uma passagem pela Câmara de Vereadores, Assembleia Legislativa, prefeitura ou algum órgão da administração estadual.

Esta é uma das mais de cinquenta propostas encaminhadas à subcomissão de Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, dois dias antes do prazo final para a apresentação de sugestões. Entre elas, há uma outra que cria restrições a candidaturas: a do deputado Gonzaga Patriota (PMDB-PE), que considera inelegíveis os que não tenham o primeiro grau completo:

— Não é concebível — argumenta Patriota, na justificativa — que a legislação permita que pessoas semi-analfabetas, sem o menor conhecimento técnico-jurídico e contábil, concorram e exerçam mandatos eletivos para examinar orçamentos e prestações de contas e, o que é pior, votar leis oriundas tanto do Executivo quanto do Legislativo, com interesses diversos, que irão influenciar diretamente nas vidas de milhares de pessoas.

Filiada a um partido ainda sem registro definitivo, o PC do B, a deputada Lidice da Mata (BA) encabeça uma lista de assinaturas a uma proposta segundo a qual os partidos com representação na Constituinte terão automaticamente seus registros definitivos conferidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), independentemente do cumprimento de quaisquer exigências legais. O PC do

## Patury pede mais imposto para ricos

A criação do Imposto de Heranças e Doações, a ser arrecadado pelos Estados, é a melhor maneira para fortalecer a tributação progressiva sobre os contribuintes de maior capacidade econômico-financeira, mas só dará certo se houver a eliminação dos títulos ao portador, para evitar que os detentores de grande patrimônio possam fugir do fisco.

A sugestão partiu ontem do ex-secretário da Receita Federal Luiz Patury, ao expor suas ideias à Subcomissão de Tributos da Comissão do Sistema Tributário. Patury afirmou que as injustiças fiscais — pobres pagam proporcionalmente mais imposto do que os ricos — independem da Constituição ou de próprio sistema tributário.

Patury apontou distorções "no tratamento privilegiado dos rendimentos das atividades agropecuárias", porque propiciam a regularização de capitais sonegados de outras atividades, e nas isenções ao mercado financeiro, porque os títulos ao portador permitem o anonimato de seus possuidores. Observou, entretanto, que a tributação sobre rendimentos, de capital já supera a arrecadação obtida com os rendimentos de trabalho, na proporção de um para cada três.

Defendeu o fortalecimento dos Estados e municípios através da utilização de fundos redistributivos de renda — a receita dos mais ricos e repassada para os mais pobres — e de fundos para Unidades da Federação com economia voltada para exportação — hoje impedidas de tributar mercadorias destinadas ao comércio exterior. Patury também sugeriu a criação de Imposto de Vendas e Varejo, com arrecadação e receita de competência municipal.

## Frejat quer apertar a boca do Leão

O deputado Jofran Frejat (PFL-DF) apresentou proposta à Constituinte assegurando o abatimento do Imposto de Renda das despesas efetuadas com medicamentos, óculos de grau, aparelhos auditivos e engenhos e arquitetos para a construção ou reforma da casa própria. Na sugestão de Frejat estão também as despesas com médicos, dentistas e hospitais; órteses ou próteses, desde que sob prescrição médica ou odontológica; lupas especiais para deficientes visuais; psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas e enfermeiros; e com a Justiça, inclusive advogados, para recebimento de salários ou rendimentos, desde que não indenizados.

— Não se pode considerar justo que legislação atual autorize o abatimento, no Imposto de Renda, apenas com as despesas efetuadas com médicos, dentistas e hospitais, bem como aquelas com advogados para recebimento de salários ou rendimentos, afirma Frejat.

Para o deputado, no caso da saúde, o gasto com medicamentos, órteses e próteses supera em muito a despesa relativa a honorários. Segundo ele, a legislação atual é injusta, já que permite a um paciente abater as despesas médicas e hospitalares para uma cirurgia plástica estética, mas proíbe o abatimento ao portador de câncer, que não esteja hospitalizado, dos medicamentos de que fizer uso.

## Relator tenta fazer a Justiça acessível

Descentralização. Esta é a palavra-chave do relatório que o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) propôs à Subcomissão do Poder Judiciário. Ele está convencido de que só a criação de tribunais para pequenos delitos e a nomeação de juízes conciliadores, escolhidos na própria comunidade para a solução de pendências simples, serão capazes de agilizar a Justiça brasileira.

O deputado petista está disposto a estimular "ousadas experiências" em seu parecer. Ele admite a própria eleição dos juízes e já se definiu pela criação de conselhos populares para acompanhar a atuação da Justiça. Segundo Sampaio, o Judiciário necessita de mecanismos de fiscalização.

Controle é a segunda palavra-chave do relatório. Sem este recurso, capaz de obrigar o Judiciário a atender as demandas da sociedade, o deputado não acredita que qualquer das alterações que pretende propor venha a demonstrar eficácia.

"A comunidade precisa contar com instrumentos para interferir no funcionamento da Justiça. Proporei a formação de conselhos pluralistas com poderes para realizar auditorias de caráter administrativo nos tribunais", adianta o relator. Outra medida prática-

mente definida por Plínio Sampaio é a criação de um tribunal constitucional para analisar questões especificamente ligadas à Carta Magna. Ele admite que há um "forte sentimento" em sua subcomissão em favor desta tese, mas também há quem defenda o aperfeiçoamento do STF com o mesmo objetivo. O relator está estudando as duas ideias.

A defensoria pública também merecerá tratamento especial do deputado petista. Atendendo apelo dos representantes do órgão, ele já decidiu que proporá a sua institucionalização no texto da nova Carta Magna.

gundo Sampaio, o Judiciário necessita de mecanismos de fiscalização. Controle é a segunda palavra-chave do relatório. Sem este recurso, capaz de obrigar o Judiciário a atender as demandas da sociedade, o deputado não acredita que qualquer das alterações que pretende propor venha a demonstrar eficácia.

"A comunidade precisa contar com instrumentos para interferir no funcionamento da Justiça. Proporei a formação de conselhos pluralistas com poderes para realizar auditorias de caráter administrativo nos tribunais", adianta o relator. Outra medida prática-